



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2007/02/28

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Vinhais e Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e trinta minutos, foi declarada aberta a Primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José S. Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Rodrigues.

Apresentaram justificações de faltas os Senhores membros, Armando António Martins Vara, Hélder Manuel Alves Correia, Lisete da Cruz Diegues Claro, Mário António Gonçalves e Franclim Nascimento Serafim.

Faltou sem apresentar justificação o membro José Henrique Vieira da Silva, pelo que a falta lhe foi considerada injustificada.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

1 – Período de Antes da Ordem do Dia.

2 – Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;

2.2 - Leitura resumida do expediente;

2.3 – Período de intervenções;

2.4 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

2.5 – Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, para o ano de 2007.

3- Período reservado ao público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia

Na ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o primeiro secretário, Senhor Dr. Nuno Costa Gomes presidiu à reunião, passando o Senhor Dr. Eduardo Vicente Roxo a assumir funções de primeiro secretário, sendo convidado sem qualquer oposição dos membros presentes, o Senhor Eduardo Martins Rodrigues para fazer parte da Mesa, na qualidade de segundo secretário.

O Presidente em função usou então da palavra para agradecer a presença de todos os membros na Assembleia Municipal, aproveitou o momento para informar que a Comissão Permanente reuniu no mês de Janeiro. Adiantou que a referida reunião correu, mais uma vez, de uma forma produtiva e na qual entre outros assuntos, foi analisada a Feira do Fumeiro.

1 – Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, questionou os Senhores membros se alguém desejava intervir neste ponto da ordem de trabalhos.

Pediu a palavra o membro Pedro Miranda para apresentar a intervenção seguinte:

“ Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vinhais
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vinhais e Senhores Vereadores
Ex.mos Deputados
Senhoras e Senhores

No passado dia 11 de Fevereiro os eleitores Portugueses disseram SIM no referendo.
A Interrupção Voluntária da Gravidez até às 10 semanas, realizada por opção da mulher, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, deixará de ser crime!
Senhores deputados, sinceramente, o resultado não me surpreendeu; o que surpreende é que só em 2007 tenha sido possível despenalizar as mulheres pela prática do aborto.
Ao contrário do que aconteceu em 1998 compete agora, a todos, do SIM, do NÃO e à abstenção, pensar no futuro.

É fundamental que o Governo, nomeadamente os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, adopte políticas, de apoio às mulheres, que diminuam a necessidade e intenção de recurso ao aborto.

Impõe-se que o Serviço Nacional de Saúde aposte em acções de planeamento familiar eficaz e que, em colaboração com o Ministério da Educação, invista na educação sexual dos jovens nas escolas.

A igreja tem a obrigação de manter o seu entusiasmo na defesa da vida alertando as consciências e cabe, também, a todos os políticos definir estratégias, de ajuda às famílias, que favoreçam a natalidade.

A Segurança Social deve reforçar apoio às organizações não governamentais que trabalham no apoio às mães com dificuldades.

A despenalização das mulheres que são obrigadas a recorrer ao aborto é um acto de justiça que só peca por tardio. Com o SIM Portugal ficou mais Cristão, mais sensível às Madalenas pecadoras, mais tolerante.

Mudando de assunto, aproveito para dar os meus parabéns ao executivo da Câmara Municipal de Vinhais por mais um êxito que foi a Feira do Fumeiro deste ano e pelo excelente trabalho que tem vindo a efectuar em todo o concelho, principalmente em Rebordelo que é a minha terra. Embora haja muita gente que acabasse com o betão no concelho, outra até que nunca faria passeios em Rebordelo, pois então aqui está uma prova de que os Rebordelenses, quando deram o seu voto de confiança e elegeram o Dr. Américo para Presidente, mereceram a sua confiança, que este não se esqueceu do povo e que o trabalho é o lema desta Câmara.

Já dizia o Poeta “ Deus Quer, O Homem sonha, a obra nasce”, eu posso dizer então, o povo votou, a Câmara Trabalha e as obras crescem...

Sr. Presidente os meus parabéns!”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes agradeceu a intervenção feita e não havendo mais nenhuma intervenção, passou-se de imediato ao período da Ordem do Dia.

2 – Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes solicitou aos Senhores membros o favor de se pronunciarem sobre este ponto.

Após votação, a acta foi aprovada por maioria, com seis votos contra e três abstenções.

O membro Senhor Carlos Costa, declarou que os votos contra, se prendem com o facto de a acta não retratar na íntegra o que se passou na sessão em causa, pelo que solicitou cópia da cassette.

2.2 - Leitura resumida do expediente

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, passou a palavra ao Senhor Primeiro Secretário em exercício, Senhor Dr. Eduardo Roxo para dar conhecimento da correspondência recebida.

O Senhor Dr. Eduardo Roxo passou a dar conhecimento de um ofício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, relativamente a um requerimento enviado pelo Deputado António Miguel Borges da Silva.

Adiantou também que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vinhais enviou um relatório de avaliação, sendo este assunto de extrema importância, e no caso de alguém desejar consultar esta documentação deverá dirigir-se à sede da Assembleia Municipal. Correspondência do Senhor Deputado Adão Silva sobre os “ Resultados do Primeiro ano de aplicação do Complemento Solidário para Idosos”.

Do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, chegou um ofício relativo à “Comemoração do ano europeu da igualdade de oportunidades para todos 2007 – convite à participação em iniciativas sobre o direito à Igualdade e não Discriminação”.

A Câmara Municipal de Aljezur enviou também um ofício sobre a “ Tomada de posição da Assembleia Municipal de Aljezur sobre a portaria 904/2006 que regula estabelecimento de zonas livres de transgénicos”.

Para terminar informou que foi recebida várias correspondências da Associação Nacional de Municípios, que também poderá vir a ser consultada no espaço reservado à Assembleia Municipal.

2.3 – Período de intervenções;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gome, questionou os Senhores membros se alguém desejava intervir. Ninguém manifestou intenção de intervir neste ponto e passou-se de imediato ao ponto seguinte.

2.4 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da habitual intervenção escrita:

“ Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal em exercício;

Senhores Secretários da Mesa;

Senhores Vereadores presentes;

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais Senhores e Senhoras deputados Municipais.

Os trabalhos da presente sessão e a avaliar pela agenda, são aparentemente de rotina, sendo que a lei determina a realização desta reunião nesta altura do ano, mas a pouco mais de dois meses da última. De qualquer forma, além de uma obrigação, é sempre um prazer e uma honra representar a Câmara na Assembleia Municipal e disponibilizar-me para prestar todas as informações necessárias ao cabal funcionamento deste tão importante e prestigiado órgão.

Em termos de trabalhos, estão à vista de todos. As obras empreitadas seguem a bom ritmo, sem problemas de maior e as realizadas por administração directa sofreram naturalmente e devido às condições climatéricas, uma pequena calma, sendo que no início da Primavera tudo volta ao normal.

Além das obras já começadas e que são do conhecimento de todos, iniciámos recentemente os arruamentos em Valpaço, os arruamentos em Sobreiró de Cima, os arruamentos em Vila Boa, os saneamentos e rede de águas em Nunes, Montouto e Vila Verde, terminámos a construção do pontão em São Jumil que liga o Concelho de Vinhais e o de Chaves e cujos encontros serão feitos logo que o tempo o permita. Estamos a terminar os trabalhos de reforço e reconstrução da muralha, iniciámos as obras no solar dos Condes de Vinhais, normalmente designadas por Casas Novas. Já iniciámos os trabalhos de empreitada dos arruamentos e estacionamento na Vila na rua principal utilizando para efeito duas equipas, uma na zona da Vila e outra na dos Frades para que os trabalhos sejam rápidos e o incómodo mínimo e a qualquer momento

começará também a execução da empreitada do Jardim Público no Largo do Arrabalde e remodelação da rede de iluminação pública.

Permitam-me que realce o orgulho que todos devemos ter na construção da circular interna de Vinhais, já que a sua utilização se tornou evidente na última Feira do Fumeiro com forma de mais fácil escoamento de trânsito e aumento significativo dos lugares de estacionamento.

Já agora, aproveito para os informar que esta obra está a andar com a rapidez que era exigível e que a importância estrutural da mesma reclama, sendo que estou neste momento a negociar os terrenos do lado de cima da rua do campo e que nos permite fazer o acesso até à zona do Senhor dos Aflitos.

Por último, uma palavra de apreço para com todos aqueles funcionários que com grande esforço e dedicação trabalharam na montagem e desenvolvimento da última Feira do Fumeiro. Uma palavra também para o Prof. Roberto Afonso e para o Prof. Luís Gomes, pela forma empenhada como se entregaram à organização de mais este certame.

Apesar do tempo, que nos pregou uma partida e que também a mim me apanhou desprevenido, penso que será de justiça referir que a Feira do Fumeiro de Vinhais do ano de 2007 honrou a tradição de voltar a demonstrar o que o maior e mais importante evento do ano continuou a ser um grande momento de promoção do Concelho de Vinhais e da nossa região.

Termino comunicando a situação financeira da Câmara.

- Dotações Orçamentais – 1.296.855,21 €

- Dotações não Orçamentais – 645.016,26 €

Aproveitou o momento com a permissão de todos para à semelhança do que tem acontecido de outras reuniões, mostrar à Assembleia Municipal os projectos que a Câmara vai fazendo e que pretende executar.

Passou a apresentar e explicar os projectos à medida que as imagens eram projectadas. Começou por apresentar a obra do Praça do Município, o parque de estacionamento dividido em duas partes, cujas obras já começaram e conta com cinquenta lugares de estacionamento. Adiantou que ainda não está decidido se estes lugares de estacionamento irão ser pagos, estão a equacionar a possibilidade de pôr estacionamento grátis nos primeiros minutos e depois com pagamento. Esta decisão só será tomada quando as obras nos passeios ao longo da vila tiverem mais adiantados de forma a que

possam ter uma percepção mais ou menos correcta da quantidade de automóveis que é possível estacionar ao longo da vila.

Considerou esta obra fundamental porque em Vinhais não se justifica que os automóveis fiquem longe do comércio, das habitações e das repartições públicas.

Quanto à Praça do Município considerou estar numa fase adiantada cuja obra deve estar pronta em Junho deste ano, assim como a obra anteriormente apresentada.

Referiu-se ao futuro posto de turismo. Sobre este assunto adiantou que é sua intenção retirar o Posto de Turismo do local onde se encontra e ceder o espaço para a Junta de Freguesia de Vinhais.

Perto do Posto de Turismo ficará um parque de estacionamento com um lugar ou dois destinados a autocarros de turismo.

Relativamente ao parque de merendas de Candedo passou a apresentar uma perspectiva geral do espaço, assim como o mobiliário urbano que a referida zona irá ter. Quanto ao tanque informou que não irá ser exactamente como está representado porque a Junta de Freguesia tem uma ideia diferente para este espaço. Estando aberto para encontrar um consenso no que diz respeito a esta matéria.

Passou a apresentar o projecto do arranjo do Largo em Zido e em Romariz.

Referindo-se aos Senhores Presidentes da Junta informou que tal como têm vindo a notar, não tem estado particularmente disponível nas situações em que as Juntas requisitam cimento, areia e blocos e depois fazem uns “mamarrachos” que nunca mais terminam e que num ano fazem e noutro ano desfazem.

Propôs aos Senhores Presidentes de Junta que se tiverem Largos e espaços públicos que queiram arranjar, não tenham pressa, solicitem antes a intervenção de técnicos da Câmara para fazerem os projectos. Isto para que quando se fizer o arranjo urbanístico se faça uma coisa com pés e cabeça para quem passar reconhecer a obra como uma obra agradável.

Na Rua de Cima informou que foram compradas algumas casas com o objectivo de propor um arranjo urbanístico para aquela zona.

Quanto à requalificação urbanística do Arrabalde passou a explicar o que realmente se pretende para aquele espaço. Aquele espaço continuará a ser um espaço para as pessoas estarem, mas é sua intenção torná-lo muito mais vistoso. Considerou que tal como está com aquelas árvores não é convidativo para as pessoas pararem.

Até ao momento este era o único espaço público para as pessoas visitarem e utilizarem, por isso decidiu-se construir na parte sul do edifício da Câmara, o designado Parque

Verde. Este espaço que já está a ser construído, vai contar com muitas árvores, água, bancos e um campo de futebol de cinco relvado, para ser utilizado por quem o desejar.

Voltando ao Largo do Arrabalde informou que irão propor estacionamento ao lado do Tribunal, que passará a ficar integrado com o passeio e deixará de ser feito na própria estrada. Adiantou mais alguns pormenores relativos ao estacionamento e arranjo no Largo do Arrabalde. Referiu que o referido Largo irá contar com um espelho d'água e que o busto lá existente irá ser deslocado, possivelmente para o Centro de Saúde, já que está mais ligado à questão das Misericórdias.

O objectivo aqui será causar boa impressão a quem se desloque no sentido Bragança - Vinhais.

Terminada a apresentação, informou os Senhores membros que estará disponível a ouvir algumas críticas daqueles que não estiverem totalmente de acordo.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes concedeu um lapso de tempo para as inscrições dos Senhores membros que pretendessem intervir.

Pedi a palavra o membro Dr. António Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela forma muito clara e entusiasmada como apresentou as obras. Considerou que é sempre bom ver obras a nascer e a crescer. Adiantou que sobre este assunto é um cidadão que vê com entusiasmo este empenho na concretização de obras para o concelho. Não critica as obras do betão, antes pelo contrário fica satisfeito porque as considera as obras urbanísticas, obras de interesse. Lançou um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de que este programa possa ser o mais alargado possível, a todas as aldeias de forma a tornar os espaços públicos mais agradáveis.

Referiu, e agora sobre um outro assunto, que pretendia ouvir uma resposta da parte do Sr. Presidente da Câmara, sobre a área da Saúde nomeadamente sobre o encerramento previsível do serviço permanente de atendimento do Centro de Saúde.

Como Presidente da Câmara considerou que este assunto o deve preocupar assim com a toda a gente do concelho, por isso a Assembleia Municipal não pode deixar passar em claro esta situação que irá ter consequências gravosas sobre a saúde e futuro dos cidadãos do concelho.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se lhe havia sido transmitida alguma orientação daquilo que será o futuro do concelho na área da saúde. E se lhe foi

apresentada alguma alternativa viável ao funcionamento do serviço de atendimento permanente. Relembrou a todos os presentes que este assunto não tem a ver com aspectos políticos mas sim com cidadania e defesa dos interesses do concelho. Quando apresentou alguns meses atrás uma moção propondo um voto de rejeição ao encerramento do serviço de atendimento permanente, esta Assembleia aprovou por unanimidade e neste momento sente necessidade de ir mais além, e de procurarem todos no seu conjunto, tomar uma iniciativa para que de futuro os cidadãos tenham um serviço disponível, ou seja, evitar que encerre sem que haja um serviço alternativo que seja viável e útil para os idosos.

Sobre esta questão informou ainda que há dois mil e quinhentos cidadãos que entre as oito da noite e as oito da manhã recebem cuidados de urgência.

Não se trata de um doente por noite, nem de meia dúzia de pessoas, mas sim de duas mil e quinhentas pessoas por ano.

Adiantou ainda que o serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde de Vinhais consulta em média mais de doze mil pessoas por ano, sendo que duas mil e quinhentas vão entre as oito da noite e as oito da manhã.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, agradeceu a intervenção e não havendo mais intervenções passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para resposta à questão que lhe havia sido colocada.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu de igual modo a intervenção feita pelo deputado Dr. António Gonçalves e confessou não esperar outra atitude, porque se vê na maneira como estão a trabalhar que têm as mesmas preocupações.

Confessou o seu fascínio por arquitectura e o seu interesse pela forma como os projectos estão a ser feitos, já que acompanha com frequência o desenrolar dos projectos. A sua postura não é no sentido de se impor ao trabalho feito, apenas pede para alterar um ou outro ponto. Não está aqui em causa descaracterizar o trabalho dos profissionais, mas sim conciliar concepções.

Continuou mostrando o seu orgulho nestas obras, sendo seu objectivo que estas obras sejam bem feitas e bonitas.

Relembrou que a questão do urbanismo nas cidades e nas vilas é absolutamente fundamental. Não só da vila como também das aldeias.

Agradeceu mais uma vez as palavras de elogio que lhe foram proferidas.

Quanto à questão do SAPE, referiu que numa sessão anterior da Assembleia ocorreu um momento que não foi do seu agrado. A moção que anteriormente foi aprovada, em Assembleia Municipal, relativamente à recomendação feita ao Governo da necessidade de ligação da estrada entre Macedo de Cavaleiros e Espanha. Referiu que na altura felicitou o deputado que apresentou esta proposta e também a Assembleia por a ter aprovado por unanimidade.

Sobre esta questão referiu que quando está em causa o interesse concelhio geral não deverá haver nenhuma divisão. Sempre que se trate de matérias em que esteja em causa o interesse de todos, deixam de ser momentos de “mera politiquice” para ser assuntos de política séria e esses assuntos devem ser votados e apresentados na assembleia por todos. Só assim se poderá dar a força de união. Tendo já dado nota disso ao Senhor Presidente da Assembleia para se proceder desta forma.

Em matérias de urgência e de saúde não há da mesma forma lugares para divisões. Se alguma moção sair para ser enviada ao Senhor Ministro da Saúde no sentido de reforçar a necessidade de se manterem os cuidados de saúde da forma que estão, deverá ser feita em conjunto com os dois grupos parlamentares.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Dr. António Gonçalves, referiu que não tem consigo os números que o Senhor Doutor frisou como pessoas que são atendidas nas chamadas de urgências em Vinhais.

Neste assunto referiu que não deve haver preconceitos nem juízos de valor. A urgência está a funcionar de dia e de noite, é um dado adquirido que o funcionamento de urgência de dia nunca será posto em causa. Poderá ser posto em causa de noite.

Relativamente a esta matéria informou, que tinha reunido duas vezes com o Senhor Ministro da Saúde, uma delas foi ainda há pouco tempo, para dar conta quais são as orientações do Ministério da Saúde nesta matéria. Referiu que o problema que o Ministério da Saúde tem é um problema que a todos diz respeito e que todos têm que compreender. Podem não concordar mas têm que compreender.

Trata-se pois de um problema de dinheiros. Referiu saber quanto custa um médico numa noite, assim como o funcionamento de urgência no Centro de Saúde de Vinhais. Concorda com o argumento que a saúde não tem preço, mas considera que isso é mais um chavão que serve para tudo.

O problema que se põe é que o Ministério da Saúde quer reduzir os custos na saúde mas garantindo os mesmos cuidados de saúde.

Informou que o Senhor Ministro da Saúde deu a certeza de que qualquer intervenção a nível de funcionamento de noite entre as dez horas e as oito da manhã, só poderá existir quando Vinhais tiver alternativas de funcionamento de forma a que os cuidados de saúde se mantenham.

Informou a este respeito que existem diversas alternativas, sendo que existem duas que estão a ser equacionadas. Para já têm a garantia que o serviço de urgência de noite em Vinhais, se mantêm, mas acredita que possa vir a ser mexido.

Referiu a este respeito, que não se opõe só por se opor, mas sim porque o utiliza diversas vezes, assim como os seus filhos. Passou a explicar as duas alternativas que são as seguintes: um médico de prevenção que é um médico que está em sua casa de prevenção e quando o Centro de Saúde lhe liga, este desloca-se ao Centro de Saúde para atender a pessoa. Esta foi uma ideia do Ministério de Saúde para poupar dinheiro, porque não precisa de pagar as horas extras aos senhores médicos.

Referiu que não é sua intenção fazer inconfidência, mas relativamente ao ordenado dos Senhores Doutores é um ordenado considerado bom, devido às horas extras, porque o seu vencimento sem as horas extras não é nada especial.

Dito isto, acrescentou que em Vinhais surge um problema porque só há um único médico que reside no concelho. A prevenção tal qual o Governo esta a equacionar só poderia existir em relação ao Dr. Amaral. Nesta situação o Ministério teria que negociar com os próprios médicos, dando dormidas em hotéis ou residências.

A segunda hipótese que o Ministério coloca é a utilização diferente das Unidades Móveis de Saúde. Ou seja, sempre que fosse necessário as pessoas seriam atendidas na própria aldeia. Confessou esta perspectiva interessantíssima. Porque em vez de se deslocar o doente à urgência, a urgência poder-se-ia deslocar à aldeia, mas nesta situação iriam andar paramédicos, enfermeiros e nunca iria andar um médico, por esse motivo esta solução não é uma solução satisfatória.

Agradeceu mais uma vez a questão colocada e passou a apresentar a referida explicação em dois pontos. Num primeiro ponto referiu que relativamente ao concelho de Vinhais está equacionada a possibilidade, assim como está para todo o país, de no caso das urgências que não atinjam determinado número de pessoas por noite, vir a sofrer uma reformulação no seu funcionamento. Aquilo que está comprometido da parte do Senhor Ministro é que essa reformulação só existirá quando houverem alternativas de forma a

que as pessoas não fiquem prejudicadas. Referiu também que os autarcas e as Câmaras serão os primeiros a serem informados.

Adiantou que recentemente foi negociado com o Senhor Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros o funcionamento em Macedo de Cavaleiros.

Num segundo ponto, referiu que concorda e incentiva esta Assembleia para que na próxima reunião tragam uma moção devidamente elaborada no sentido de ser aprovada, alertando as autoridades da área da saúde, de que por diversos motivos, pretendem manter o serviço de atendimento permanente em funcionamento nos moldes em que está ou então, de uma forma que garanta os cuidados de saúde de forma satisfatória.

Alertou que esta discussão irá ser comparada com a discussão feita aquando do encerramento das escolas primárias.

Sobre esta questão referiu que os Portugueses têm por hábito ter medo das mudanças.

Consideram que o que está, é que está bem e o que vêm a seguir colocam muitas incertezas.

A maior parte das vezes, referiu que se discute uma mudança, sem saberem exactamente aquilo que se propõe.

Relembrou a mudança que se verificou nas escolas e adiantou que nunca teve medo dessa mudança. Considerou que hoje, toda a gente é unânime a reconhecer que foi uma excelente reforma.

Relembrou mais uma vez que sempre defendeu a reforma das escolas, e que se algum dia fosse eleito Presidente da Câmara, essa reforma seria feita no primeiro ano do seu mandato e assim foi.

Quanto à discussão do serviço de apoio permanente, confessou ser um assunto que exige grande sensibilidade e alguma discussão. Apesar disso, referiu que não é um assunto que lhe cause atrapalhão. Apenas se encontra em expectativa de saber o que irá acontecer.

Referiu que está a acompanhar bem a situação e que dará conta das negociações. Adiantou que é sua convicção que nada será feito em prejuízo dos utentes.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, agradeceu a explicação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara.

Questionou os Senhores membros se havia mais alguma intervenção neste ponto. Solicitou a palavra mais uma vez o membro António Gonçalves, em que agradeceu a explicação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e referiu que pretendia dar

apenas umas achegas relativamente aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara.

Referiu que o facto de o Senhor Presidente da Câmara dizer que não deixará que nada aconteça enquanto não haja uma alternativa, o deixa mais tranquilo relativamente a esta questão.

Referiu também que o problema da mudança não o preocupa, não se considera avesso à mudança, desde que a mudança tenha por trás condições melhores e nunca piores.

Considerou que seria necessário ficar salvaguardado para os cidadãos condições de atendimento que não sejam o “ zero”.

Relembrou que o Centro de Saúde antigo estava dotado de internamento e na altura que foi encerrado o serviço, foi-lhes dito que seria encontrado uma solução melhor e que haveria alternativas, uma unidade de cuidados continuados, etc. Sobre esta questão adiantou que já passou demasiado tempo. Durante este tempo imensas pessoas precisaram deste serviço e continuam a precisar. Passaram já cerca de três anos e continua-se a ter na ideia a possibilidade de vir a ter essa unidade de cuidados continuados, mas ainda não a têm.

Julga que ainda demorará bastante tempo até voltar a existir de novo.

Dito isto, referiu que não podem deixar que aconteça o mesmo relativamente ao serviço de atendimento permanente.

Alertou para o facto de não se ficarem pela miragem de um serviço que poderá ser melhor e de alguma alternativa viável para o concelho.

Relativamente a questão levantada pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente ao custo de cada consulta no Serviço de Atendimento Permanente, referiu que o Serviço de Atendimento Permanente tem apenas três funcionários a funcionar durante a noite. Um médico, um auxiliar e um enfermeiro. Sobre esta questão adiantou que quer o auxiliar quer o enfermeiro não ganham horas extraordinárias, ou seja, asseguram o serviço durante a noite sem receber horas extraordinárias. Recebem apenas os suplementos que considera normal.

Fazem este serviço, habitualmente dentro do seu turno normal de serviço ordinário.

Quanto ao médico referiu que recebe horas extraordinárias durante a noite entre as oito da noite e as oito da manhã.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se considera caro um serviço em que o médico recebe pela carreira normal de regime normal da função pública o trabalho

extraordinário durante a noite, para atender para cima de dois mil doentes durante o ano, sendo um serviço em que apenas se gasta água e luz e pouco mais.

Comparando este serviço com alguns serviços nos grandes centros, como por exemplo Lisboa ou Porto, muitos, separados por apenas dez ou quinze quilómetros, com custos enormes, torna-se mais fácil perceber esta situação.

Sobre a questão da prevenção adiantou que os médicos não estão contra a prevenção. Esta implica apenas que o médico em vez de receber a hora que receberia, recebe apenas cinquenta por cento desse valor. Sendo a obrigação dele estar disponível, em local onde não seja preciso preocupações com o hotel. O Centro de Saúde durante vários anos funcionou em regime de prevenção. Havia médicos que estavam em Bragança e todos assumiram que estariam presentes no Centro de Saúde, sendo pagos a cinquenta por cento do vencimento.

Sempre se mantiveram no Centro de Saúde. Assumiram sempre que garantiriam o regime em presença física, embora fossem pagos em regime de prevenção.

Sem pretender responder pelos seus colegas referiu que certamente não será da parte dos médicos que irá a haver problema.

Voltando ao problema do vencimento dos médicos é lançado pelo Senhor Ministro da Saúde e pelo Ministério da Saúde por forma deliberada. O problema dos custos deste serviço é lançado de forma deliberada.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para não se deixar envolver. Relembrou que o Serviço mais barato não pode ser, porque foi reduzido ao mínimo.

Se se considerar demasiado caro e se for pago em regime de prevenção, irão entrar numa situação de miserabilismo.

Para terminar referiu que o problema que aqui se coloca é o problema do encerramento.

Os médicos durante a noite e os restantes funcionários de saúde que trabalham e recebem em regime extraordinário, no dia seguinte estão a trabalhar no seu posto de trabalho. No nosso concelho não fazem, nem nunca se fizeram folgas.

Quando se trabalha em dias normais de semana o médico no dia seguinte vai trabalhar. Apenas se faz folga, quando se trabalha em feriados ou domingos.

Esclareceu mais uma vez que o problema do custo e do médico não trabalhar no dia seguinte no nosso Centro de Saúde não acontece, nem é argumento para se poder encerrar o serviço.

Quanto ao problema da distância a Comissão Técnica que organizou o ordenamento de Serviço de Urgências argumentou que os serviços que tenham menos de dez doentes

durante a noite, são serviços que são pouco rentáveis e poderão por isso ser encerrados. Num futuro próximo, estabelece-se o rácio de quinze a vinte pessoas e irá haver argumento para fechar Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Bragança. Aconteceu assim no problema das maternidades.

Hoje, já se fala novamente numa maternidade para Mirandela, através de um hospital privado. Encerrou-se a maternidade em Mirandela e neste momento todos começam a perceber o tremendo erro que isso foi.

Transmitiu que em Bragança não aumentou o número de partos. Seria lógico que os partos de Mirandela fossem transferidos para Bragança, mas repara-se que não, porque as grávidas foram reconduzidas para Vila Real, para o Porto, para outros locais muito mais longe da sua residência.

Em Bragança por ironia do destino em vez de aumentarem os partos, diminuíram.

Realçou mais uma vez que há determinadas medidas que parecem muito bem estudadas e planificadas, que são apresentadas embrulhadas de uma determinada maneira, mas no nosso concelho não têm a aplicabilidade que se pensa que têm.

Uma boa parte do nosso concelho fica a uma hora, e por vezes mais de uma hora, distante do Serviço de Urgências mais próximo. Alertou para o facto de muitas vezes uma emergência não se compadecer com uma hora de espera, em estradas com algumas dificuldades.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, agradeceu a intervenção, e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara na qual referiu que o assunto em questão é de maior interesse, iria ser breve porque já estava ultrapassado o tempo que deveriam dedicar a esta matéria.

Referiu que as preocupações expostas são preocupações comuns, em sua opinião acredita que em qualquer reestruturação que venha a ser feita, nunca será posto em causa os cuidados de saúde às pessoas do concelho de Vinhais.

Relembrou que lhe foi dada a garantia de que nos próximos tempos isso não será feito, e quando o for, será negociado. Adiantou que quando for chamado para negociar, se vier a ser chamado, gostaria de reunir entre dois ou três profissionais de saúde, entre os quais o Senhor Doutor Gonçalves, se fizer o favor de o acompanhar, para discutir este assunto calmamente.

Referiu que o seu método de trabalho não passa por trabalhar em cima de quadros hipotéticos, do tipo se acontecer isto, irá acontecer isto e isto. O seu trabalho passa por ter algumas certezas. Sendo que a única certeza que neste momento tem é que não irá

acontecer nada. E se alguma coisa vier a acontecer será negociado, tendo sempre em conta que o interesse dos utilizadores das urgências não fica prejudicado.

Quanto à questão da Unidade de Cuidados Continuados, referiu que a saúde no concelho de Vinhais não é um algo que o preocupa.

Em sua opinião se todos os cidadãos de Portugal tivessem as ofertas de tratamento de saúde que o nosso concelho tem, seria bom, possui um Centro de Saúde com excelentes instalações, com oito médicos, número suficiente, assim como profissionais de saúde.

Não existe qualquer queixa relativamente a estes serviços.

Adiantou também que recentemente o Centro de Saúde tem a funcionar consultas de psicologia, fisioterapia, RX, dentista, e mais recente a Unidade Móvel de Saúde.

Tudo isto foi conseguido num período de tempo muito curto, devendo estas medidas para o bem e para o mal, serem imputadas neste caso para o bem aos actuais responsáveis pela saúde no nosso país. A Unidade de Cuidados Continuados referiu que como Presidente da Câmara não lhe pode ser imputada responsabilidade nessa matéria. O projecto foi feito e apresentado para aprovação, e a resposta que obteve foi que já teria ido bastante tarde, e que teriam que aguardar, por falta de verba.

Referiu ainda sobre esta questão que em conversa com o Senhor Ministro da Saúde lhe foi dito que o concelho teria perdido a oportunidade de vir a ter esta Unidade, porque o pedido não chegou no prazo estabelecido. O programa que financiava este projecto tinha terminado e que estariam a tentar arranjar outro programa para poder candidatar esta Unidade.

Relembrou mais uma vez que o projecto está feito, e que os programas do governo por vezes tem limitação de tempo, quem não tiver o projecto feito ou quem não tenha sido avisado, por vezes em quinze dias não se consegue fazer projecto algum.

Deixou a convicção que virá uma nova oportunidade e que irá ser aproveitada.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, agradeceu a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara e passou-se de imediato para o ponto seguinte.

2.5 – Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, para o ano de 2007.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara na qual passou a apresentar a revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.

Referiu que esta revisão tem a ver com a aquisição de alarmes, cinquenta mil euros para cada empresa municipal, para a Associação Cultural e Recreativa de Melhoramentos de São Marçal de Penso e também um porta-máquinas, para transportar máquinas da Câmara.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, agradeceu a intervenção prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e questionou se alguns dos membros presentes pretendia intervir.

Ninguém manifestou intenção de intervir e passou-se de imediato à votação da Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, para o ano de 2007.

Foi aprovado por unanimidade.

3 – Período Reservado ao Público.

No período aberto para as inscrições, ninguém manifestou intenção de intervir.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, chamou a atenção dos Senhores membros para um dossier sobre um Projecto de Concessão de Pesca Desportiva no Rio Trutas, que foi entregue a todos os membros, aquando da entrada na sessão da Assembleia.

Nestes termos solicitou de acordo com o art. 83.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o reconhecimento de urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:

1 – Concessão da Pesca Desportiva no Rio Trutas – Aprovação de Taxas.

Foi reconhecida, por unanimidade, a urgência da deliberação imediata sobre o assunto em causa.

Foi concedida a palavra ao Senhor Vereador Salvador Marques para prestar esclarecimentos relativamente a este assunto.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Salvador Marques, cumprimentou todos os membros presentes e relativamente ao assunto exposto referiu que tinham feito um

Projecto de Concessão de Pesca Desportiva na conhecida ribeira de trutas. Pretendem que sejam aprovadas as taxas propostas. Sobre este assunto adiantou que este ano ficará vedada a pesca, sendo que no próximo ano será dividida em troços de cem ou cento e cinquenta metros, havendo licenças especiais para a referida pesca.

Referiu que aquilo que se pretende no momento é que se aprove as referidas taxas. Uma taxa proposta era de euro para os pescadores da freguesia e para pescadores residentes no concelho. A licença do tipo C será para pescadores não residentes no concelho com o valor de três euros.

Depois do esclarecimento prestado pelo Senhor Vereador Salvador Marques, o Senhor O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, deixou em aberto um período de intervenção que foi solicitado pelo Senhor membro João Amaro Fernandes.

Relativamente ao referido Projecto de Concessão de Pesca Desportiva referiu estar orgulhoso pelo que está a ser feito. Referiu também que há cerca de quinze anos que se vinha debatendo por essa causa. Em sua opinião deverá ser vigiado. Quanto ao largo do pontão que passa para Soutelo e Castro com uma média de trinta e cinco a quarenta metros de largura, referiu estar perdido. Em sua opinião deveria ser feita uma pequena barragem sem ter que indemnizar ninguém com passagem para o Castro, Soutelo e para o Carvalhal. Concluiu que uma reserva de água neste local nunca deixaria secar o rio.

Para terminar esclareceu que não se deveria falar só e apenas na truta, porque no referido rio produzem-se escalos, bogas, e barbos. Tendo provas disso, gostaria de no futuro ver investimento no referido rio.

Concluiu agradecendo mais uma vez a iniciativa.

Terminada a intervenção escrita do Senhor João Amaro Fernandes o Senhor Presidente tomou a palavra para agradecer a intervenção e também para esclarecer algumas questões. Relativamente à questão de coutar as ribeiras e os rios referiu que é da opinião que todos os rios e ribeiras que estejam no concelho de Vinhais só não serão coutadas se não puderem.

Não irá ser deixado nada livre, porque é deste modo que se faz em Espanha e em qualquer outro país.

Quem quiser terá que pagar. Tem conhecimento que os pescadores que se deslocam para Espanha pagam e são vigiados. Considerou ser uma medida lucrativa para o estado porque têm o privilégio de ter helicópteros para a fiscalização da pesca e da caça.

Adiantou que neste momento estão a ser organizados processos, para coutar tudo aquilo que for possível coutar no concelho de Vinhais.

Não concorda com os argumentos de que as aldeias ribeirinhas de determinados rios deverão ter direitos especiais em relação a esses rios. Porque os rios não podem ser considerados águas particulares.

O que se pretende com este projecto é permitir que os residentes paguem um valor simbólico e os não residentes pagarem bem o serviço. Desta forma vai permitir aumentar o número de guardas e fazer deste projecto uma espécie de comércio.

Chamou a atenção dos Senhores que fazem parte da Comissão Cinegética no caso de desejarem conversar com o Senhor Salvador sobre este assunto, o fazerem o quanto antes.

Relacionado ainda com este assunto, referiu estar a questão da caça. Voltou a frisar aquilo que já teria dito numa outra assembleia, sobre a sua intenção de gerir a caça no concelho de Vinhais de forma integrada. De forma a que as associações não desaparecessem e mantivessem a sua autonomia, estabelecendo protocolos com a Câmara de forma a que pudessem ser geridas no seu conjunto. No seu ponto de vista só assim será possível tornar este sector rentável.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, agradeceu a explicação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. Referindo-se à intervenção do membro João Amaro Fernandes e “despindo a camisola” de membro da Mesa sublinhou que também sente na pele a afeição pela Ribeira de Trutas.

Passou-se de seguida à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Terminada a votação o membro Carlos Abel solicitou a palavra e cumprimentou todos os presentes e reportando-se à questão da saúde referiu que existe um certo consenso relativamente aos objectivos que ambos os partidos defendem.

Em sua opinião o papel da Comissão Permanente deveria ser valorizado, e sugeriu que este assunto fosse enviado para a Comissão Permanente para que possa ser discutido em e mais tarde alargado à Assembleia.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para alertar o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia dos desenvolvimentos que venham a acontecer.

Referiu ainda que não comunga da opinião do Senhor Presidente da Câmara porque em sua opinião a tendência clara é para o encerramento, embora possa estar subjacente alguma negociação.

Aproveitando o assunto exposto pelo membro Carlos Abel, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, informou que viu com agrado o consenso de se poder estudar e debater o assunto exposto em sede da Comissão Permanente.

Ainda sobre a Comissão Permanente informou que na última reunião da Comissão foram dadas algumas instruções para a melhoria dos serviços da Assembleia Municipal. Adiantou que estão abertos a sugestões e que honrariam muito que tal acontecesse.

De seguida questionou os Senhores membros se mais alguém se pretendia pronunciar. Ninguém manifestou intenção de intervir.

Agradeceu a presença de todos os membros e deu votos de continuação de bom ano e de bom trabalho para todos.

Terminou a sessão era dezasseis horas e trinta minutos.

E eu, Eduardo Vivente Roxo, a redigi, transcrevi e assino.

|

|